

Deficiência do jornalismo: uma investigação preliminar sobre a falta de recursos acessíveis nos portais de notícias do Brasil¹

Bárbara Fernandes de Oliveira CAVALCANTE²
Lívia CIRNE³

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

RESUMO

A acessibilidade na comunicação é um direito assistido por lei. Na internet, a acessibilidade está vinculada à criação de alternativas de adaptabilidade para o consumo da informação por pessoas com deficiência. Contudo, grande parte dos principais portais de notícias no Brasil demonstram ainda não estar sensibilizados para garantir informação a todos os grupos sociais e, por isso, não fazem uso das práticas recomendadas de inclusão e acessibilidade. Com base nisso, este *paper* apresenta um mapeamento, de natureza crítico-interpretativa, sobre a falta de ferramentas ou recursos acessíveis nos portais de notícias, baseado na Lei 13.146/2015 e nas Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo *Web*, a fim de contribuir para o desenvolvimento de outros estudos, visto que o tema é pouco discutido na Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade Comunicativa; Comunicação; Deficientes; Jornalismo digital; Webjornalismo.

Introdução: a falta de inclusão nas mídias

De acordo com o Censo 2010 (BRASIL, 2012), organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), mais de 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual, o que representa 23,9% da população total. A predominância varia de acordo com a natureza dela: a visual, por exemplo, é a de maior ocorrência e representa 18,6% desse total. A motora afeta 7% da população, enquanto a auditiva atinge 5,10% dos brasileiros. Apesar de ser um número significativo, pouca atenção é dada à questão, nas mais diversas esferas. Na Comunicação, não há democratização do acesso inclusivo e, verifica-se que, na mídia brasileira, quase todos os produtos jornalísticos (sonoros, audiovisuais, impressos, multimídia e ambientes virtuais) são orientados para o consumo de uma audiência ouvinte

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFMA. E-mail: bahfernandes3@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFMA e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Convergência e Narrativas Audiovisuais (Connau). E-mail: liviacirne.ufma@gmail.com

e vidente. Se revisitarmos a imprensa impressa, desde sua chegada, por exemplo, observamos que os deficientes visuais sempre necessitaram da leitura de terceiros para terem acesso à informação. Na TV, os surdos dependeram, permanentemente, das pessoas ouvintes ou oralizadas para explicarem as notícias que circulam nos telejornais. Nas modalidades de jornalismo para o rádio, a mesma situação. E até no webjornalismo, que nasceu há pouco, não se é padrão pensar nos deficientes como consumidores de informação.

Nos anos de 1990, os jornais “Diário do Nordeste” e “O Povo”, no Ceará, experimentaram a oportunidade pioneira de oferecer edições em braile. Já no final dessa década, o “Diário do Nordeste” saiu novamente na frente e passou a disponibilizar uma versão digital, em CD, adaptada para que os leitores com deficiência visual usassem o programa computacional com sintetização de voz, o “Dosvox”, de acordo com Silva (2009).

O recurso do *closed caption* (CC) ou legenda oculta, sistema de transmissão de legendas para a programação de TV, chegou no Brasil também no início dos anos 2000, sendo regulamentada em 2006, com a exigência mínima de duas horas diárias de transcrição da programação. Depois, passou para oito horas. Hoje, quase toda a grade nacional da maioria das emissoras abertas disponibilizam CC, até mesmo em programas “ao vivo”, para que os surdos ou às pessoas com perda auditiva possam acompanhar os mais variados gêneros televisivos, ainda que apresente muitas falhas, mas não cabe pontuar agora.

Com a chegada do sinal digital, foram estabelecidas pelo Ministério das Comunicações novas regras para a TV aberta para implantar gradualmente o recurso da audiodescrição (narração descritiva objetiva das imagens no mesmo instante em que estão aparecendo na televisão, que se manifestam no hiato entre as falas e nas pausas entre as informações). Da mesma forma que aconteceu com a inserção do *closed caption*, a audiodescrição passou a ser obrigatória por duas horas semanais, em 2011, com o intuito de oferecer igualdade de condições aos que possuem algum tipo de limitação. A obrigatoriedade se mostra ínfima, comparada à quantidade de horas de programação que é exibida na totalidade. E o pouco que se tem, está firmado nos programas gravados, o que não é o caso dos telejornais, por exemplo.

No webjornalismo, que assumimos como aquele praticado para e transmitido pela *web* (no universo do “WWW”), os mesmos problemas são vistos. Apesar de ser uma

modalidade mais nova de jornalismo, continuou-se sem pensar nesse público. Os deficientes permanecem com pouca opção de acesso às informações noticiosas e as tecnologias assistivas disponíveis não são empregadas aproveitando todo o potencial do ciberespaço. Em resumo, as estratégias midiáticas negligenciaram a ideia de se dedicarem à produção de conteúdos inclusivos. Pensando nisso, é justamente o webjornalismo, que apresenta características específicas e traz outras experiências de construção de formatos noticiosos, apropriando-se de consolidadas estruturas de mídia e contribuindo com inovações, que nos interessa nessa investigação.

Este trabalho, portanto, aponta uma análise introdutória, inserida numa pesquisa maior, sobre como os recursos de acessibilidade são empregados nos principais portais noticiosos do País. Isso nos ajudará a pensar, futuramente, quais deles são mais adequados para o consumo acessível. Para melhor compreensão do estudo, estruturamos o trabalho em duas partes: a primeira parte, de mapeamento teórico, apresenta dados que balizam a investigação; a segunda, observa a deficiência de recursos de acessibilidade nos portais noticiosos.

A evolução do webjornalismo e a lacuna da acessibilidade comunicativa

De acordo com Dizard Júnior (2000), o impacto das novas tecnologias de mídia frente às mídias tradicionais até os anos de 1990 desvelou uma tendência mundial de converter os conteúdos para bases computacionais. As mídias passaram a se apropriar de outros modelos de negócio e a se adaptar às promessas da digitalização, revolucionando as formas de comunicação e despertando a necessidade de se ocupar de novos estilos narrativos, apoiados na hibridização e convergência. É o caso do jornalismo, sobretudo o jornalismo impresso, que sofreu mudanças estruturais e textuais com a propagação comercial da internet.

Pesquisadores em webjornalismo, tais como Palacios (2002) e Barbosa (2005), apontam as mudanças na estrutura e linguagem do jornalismo para *web*, a partir de fases ou gerações. A primeira, conhecida como a fase da transposição, compreende àquela em que as empresas se entusiasmaram para entrar no ritmo da inovação e disponibilizaram os jornais impressos integralmente (ou mais propriamente algumas partes deles) no suporte digital, no entanto oferecendo, praticamente, a digitalização dos conteúdos impressos.

Na segunda geração, fase da metáfora ou estágio perceptivo (SILVA JR, 2002), passou-se a enxergar novas possibilidades de explorar recursos no jornalismo. Foi uma época de aposta e experimentação. *Links* (hipertextos) foram incorporados na narrativa jornalística, criação de fóruns de discussão, bem como as opções de inserir para comentários eram as principais novidades, embora a exploração mais incisiva fosse a do *e-mail*, como canal direto de comunicação com as redações.

Na terceira geração do jornalismo para *web*, também conhecida como estágio hipermidiático (SILVA JR, 2002), as notícias *online* ganharam espaço na rede e as empresas de comunicação se fundiram às de provedores, passando a investir na plataforma e a desenvolverem produtos específicos para Internet. A partir daí, alguns autores ainda consideram a quarta e a quinta geração do webjornalismo, que a priori, não nos interessa discutir em função da limitação deste *paper*. O que vale, no entanto, é problematizar que estas três fases agrupam um conjunto de requisitos que anunciam paulatinamente certa autonomia da linguagem do jornalismo praticado na *web*.

Desde a emergência da terceira geração até os dias atuais, os portais noticiosos passaram a conceber, em sua estrutura, propriedades da Internet que deram novas funcionalidades à narrativa jornalística. Tais propriedades se misturam, mas ao mesmo tempo têm independência conceitual. De acordo com Canavilhas *et al.* (2014), são elas: instantaneidade, interatividade, memória, hipertextualidade, multimídia, personalização e ubiquidade.

A instantaneidade é a capacidade de transmitir uma informação de forma rápida, ágil, instantânea. Tornar um portal de notícias acessível não fará essa característica se perder, tendo em vista que a matéria será publicada de forma comum, o que se altera é a forma como o leitor recebe essa informação, seja oferecendo a leitura em fontes maiores, utilizando o redimensionamento de texto ou contraste, ou, até mesmo, ouvindo a notícia por meio de *softwares* assistivos. Qualquer uma dessas funções pode fazer parte da arquitetura do *site*, o que – muito provavelmente – não altera substancialmente o ritmo a rotina do jornalista.

Em síntese, cada uma das características traz contribuições importantes para o todo. A interatividade é a possibilidade do usuário comentar, responder ou mesmo questionar a informação que é transmitida pelo *site*, seja através de *e-mail*, redes sociais ou caixa de comentários na matéria. Perenidade se refere a memória ou armazenamento de notícias, a capacidade de guardar conteúdo antigo. Para a empresa, é uma boa maneira

de criar *hiperlinks* e ter um acervo de conteúdo, para as pessoas com deficiência que acessam a página é uma certeza de que podem ler a notícia sem pressa, porque ela não irá desaparecer tempos depois, de forma que terão o tempo que for necessário para acessar o conteúdo, conforme o princípio de operabilidade da W3C, que falaremos mais adiante.

Com a hipertextualidade – ligações entre uma matéria e outra com assuntos que se tangenciam –, as notícias mais antigas podem ser relidas, uma forma de facilitar a compreensão dos usuários acerca do tema da matéria em questão.

A multimídia trata da confluência de formatos num conteúdo jornalístico, tais como fotos, áudios, vídeos, texto escrito, etc. Além de enriquecer o conteúdo publicado, este tipo recurso ajuda a entender a informação: se o usuário não tem a possibilidade de enxergar a foto, pode ouvir o áudio; e se não for possível ouvir o áudio, poderá ler o texto ou ter um tipo de narração diferenciada.

A personalização do conteúdo é um requisito que já é utilizado normalmente entre os portais de notícias. Ela tende a conhecer os interesses dos leitores e direcionar melhores conteúdos ao público.

Por fim, ubiquidade é a capacidade de qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode acessar um conteúdo em tempo real, seja através de um *site* ou de um aplicativo no celular ou *tablet*. A possibilidade de estar em diferentes suportes oferece a chance de se pensar em aplicativos de notícias que transmitam a informação de forma acessível.

Mesmo com todos esses avanços e potencialidades que foram sendo incorporadas aos portais noticiosos, oferecendo a autonomia para testar novas linguagens, ainda não se observa um esforço para inserir a acessibilidade comunicativa como condição importante na *web*, visto que ela favorece a aproximação do cenário ideal de democratização do acesso à informação. A observação de que existem maneiras simples para a conversão destes meios dá a entender que a inclusão dos deficientes ainda é uma realidade distante e não priorizada, tanto no que diz respeito à difusão noticiosa comercial como no âmbito da produção laboratorial, nas universidades, que deveria já ser um campo experimental interessante, formando profissionais inclusivos.

As características da multimídia, interatividade e personalização dão condições para favorecer um ambiente virtual compatível com o jornalismo acessível, seja apresentando conteúdos em um *design* adaptado ou responsivo, sendo esse último indicativo de preocupação efetiva com a inclusão. Isso porque o *design* adaptativo não incorpora à estrutura do *site* recursos que concedam equidade de acesso à informação.

Enquanto que o *design* responsivo é planejado, flexível e, de fato, atende às demandas do deficiente, apontando que as formas narrativas receberam um tratamento diferenciado, exigindo o mínimo esforço para a compreensão dos recursos e com conteúdos que aproveitem adequadamente a plataforma e dimensões para a interação.

Segundo Belarmino (2014), que realizou uma pesquisa sobre os hábitos de consumo de conteúdos jornalísticos por pessoas cegas, cerca de 70% dos deficientes visuais entrevistados para o estudo, preferem receber informação pela internet, contudo – mesmo entendendo que esses usuários buscam a socialização por meio do ciberespaço – “o webjornalismo ainda não desenvolveu vínculos de reconhecimento dessas pessoas como consumidores de notícias, e, em alguma medida, desconhece os direitos de acesso à informação por essas coletividades” (BELARMINO, 2014, p. 2).

No caso das pessoas com algum percentual de cegueira, já existe, há alguns anos, *softwares* que atenuam a dependência de terceiros para a leitura das notícias. O Projeto Dosvox, por exemplo, é uma iniciativa do Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que oferece um sistema operacional gratuito que permite o usuário utilizar o computador por meio da síntese de voz, um recurso que auxilia pessoas cegas ou com baixo nível de escolaridade para que consigam mais autonomia na hora de utilizar o computador. Segundo informações exibidas na página do projeto, o sistema já possui mais de 60 mil usuários⁴. E este é apenas um dos muitos *softwares* existentes no mercado que sinalizam propostas para se pensar em conteúdo acessível.

Esses números indicam a importância dos portais de notícias começarem a se preocupar, no mínimo, com a adaptação de suas páginas, pois existe uma quantidade expressiva de deficientes fazendo uso da internet para se informar, ou, ao menos, tentando. Podemos até advogar a hipótese de que a tendência é que essa quantia aumente, se nos espelharmos nos rastros dos índices de consumo em outros países mais avançados em termos de mídia, como os EUA.

Segundo o *Pew Research Center*⁵, em 2013, nos Estados Unidos, a internet já era o principal veículo de comunicação, superando a TV e os jornais. Os dados revelam que cerca de 71% da população, entre 18 e 29 anos, prefere se informar por meio das plataformas *online*. É possível que, no Brasil, os rumos sejam semelhantes, uma vez que,

⁴ Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>>. Acesso em: 27 mar 2017.

⁵ Informação disponível em: <<https://goo.gl/LpDloh>>. Acesso em 10 abr 2017.

segundo dados da Pesquisa Brasileira de Mídia⁶, divulgada pela Secretaria Especial de Comunicação Social, em 2016, a internet foi apontada como a segunda principal fonte de informação da população, ficando atrás somente da televisão.

Por isso, é preciso que os desenvolvedores de *sites* e as empresas de jornalismo na internet questionem a emergência de considerar os deficientes como usuários ativos em potencial. Considerando a responsabilidade social de entregar informação para todas as pessoas, sem esquecer que isto tem como resultado o aumento do número de acessos e, conseqüentemente, a receita da empresa. É importante repensar como essas propriedades do webjornalismo ajudam e em como podem ser utilizadas para tornar o conteúdo acessível sem dificultar o desempenho do jornalista ou gerar altos custos para a empresa.

Historicamente, o processo de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência é lento e dificultoso, contudo, não deixa de ser necessário debater o assunto em busca de soluções. No campo da Comunicação, mais especificamente no Jornalismo – no sentido do “fazer jornalístico” – o tema tem sido negligenciado, embora iniciativas isoladas já apontem caminhos e diretrizes para mudar esta realidade. Uma delas é a criação de leis, que – embora estejam restritas a certos tipos de comunicação – podem forçar a cobrança da implementação da acessibilidade.

Sobre a garantia à acessibilidade

A comunicação pública é essencial na vida do indivíduo, dessa forma existe uma necessidade de que as informações relacionadas às iniciativas dos órgãos públicos ou produzidas por eles sejam acessadas por todos, visto que são de interesse coletivo – podendo estar associada à saúde, à garantia de transporte ou educação, etc.

Sob esse pressuposto, o Decreto-Lei nº 5.296/2004 determina a obrigatoriedade dos portais da administração pública apresentarem recursos que possibilitem o acesso de qualquer cidadão a tais informações e, por isto, se entende que os portais governamentais deveriam ser os primeiros a oferecer acessibilidade, uma vez que: 1) são do próprio Estado; 2) fornecem o tipo de comunicação que é elementar para o indivíduo que se insere no Estado.

⁶ Informação disponível em: <<https://goo.gl/Zc7X6R>>. Acesso em 10 abr 2017.

Porém, em 2011, o Comitê Gestor de Internet relatou que apenas 4,5% dos *sites* de serviços públicos no Brasil tinham recursos assistivos⁷. A Lei 13.146/2015, que tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, em seu capítulo II, diz que “é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no país ou por órgãos do governo”. Isso significa que esses *sites* têm o dever de disponibilizarem ferramentas que garantam a acessibilidade ou que sejam compatíveis com ferramentas já existentes.

Se na teoria há a cobrança, na prática ainda não encontramos um panorama tão favorável, já que, dentre os portais das 27 Unidades Federativas do País, 12 não possuem recursos de acessibilidade, dificultando o acesso do cidadão deficiente. Um portal de notícias com ferramentas de acessibilidade poderia atuar como uma ponte importante na busca pela democratização da informação. Mas, se nem os meios de comunicação dos governos, que são exigidos por Lei, ou seja, onde a acessibilidade comunicativa deveria ser regra, oferecem conteúdos inclusivos, não pode se esperar diferente da mídia comercial – que já deveria ter despertado para isso, pois dessa maneira aumentaria a rentabilidade do portal. O fato é que, como bem nos lembra Alsina,

Todas as manhãs, as pessoas que querem saber o que está acontecendo no mundo leem o jornal, escutam a rádio, veem a televisão, ou navegam pela internet, consumindo uma produção especial: as notícias. Nesse sentido, os próprios meios de comunicação são os que se apresentam como transmissores da realidade social. (ALSINA, 2009, p. 09)

Essa é uma condição essencial para a maioria das pessoas. Os portais de notícias podem adaptar suas páginas para esse público através de recursos simples, que seriam acrescentados por meio da utilização de *softwares* de tecnologia assistiva já existentes no mercado, a fim de auxiliar e facilitar a experiência do usuário na plataforma. A adoção de um layout *clean*, leve e de fácil navegação, além de democratizar o acesso à informação, provavelmente, resultaria em aumento do número de acessos, fato este muito importante para a rentabilização. Conforme explica Bonito,

Dentre os formatos acessíveis existentes a "Acessibilidade Comunicativa" para *web* pode contemplar estes: a audiodescrição, o *closed caption*, a legenda em contraste, a janela de tradução em Libras, a personalização/customização de tamanho de letra e contraste de cores na tela. Estes formatos, alguns já existentes e disponíveis para outras mídias, podem ser disponibilizados tecnologicamente

⁷ Informação disponível em: <<https://goo.gl/Ii3a4n>>. Acesso em 18 abr 2017.

em ambientes da *web*, sem requerer nenhuma grande inovação tecnológica, bastando-se apenas adequação e disponibilização de recursos já existentes. (BONITO, 2016, p. 191)

Tais recomendações estão em conformidade com a realidade do Brasil e são coerentes com padrões estrangeiros também. Elas fazem parte de um documento que visa a padronização e orienta jornalistas, desenvolvedores, *designers*, produtores de mídia, entre outros profissionais envolvidos na concepção de conteúdo *web* na produção de acessibilidade, como verificaremos.

Princípios e diretrizes de acessibilidade para *web*

Em 2008, o W3C Brasil iniciou suas atividades, como parte da iniciativa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), funcionando como uma “filial” do World Wide Web Consortium (W3C), um consórcio internacional que agrega empresas, órgãos governamentais e organizações independentes com a finalidade de estabelecer padrões para a criação e a interpretação de conteúdos para a *web*. Dentre algumas ações desenvolvidas, lançou o documento “Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0”, que propõe formatos e normas para promover a acessibilidade, levando em conta os seguintes fundamentos: perceptível, operável, compreensível e robusto. Cada um desses princípios possui algumas diretrizes que os guiam, conforme constatamos no Quadro 1.

Quadro 1 - Princípios e diretrizes do documento WCAG 2.0

Princípios	Diretrizes
1. Perceptível	1.1 Alternativas em Texto
	1.2 Mídia Dinâmica ou Contínua
	1.3 Adaptável
	1.4 Distinguível
2. Operável	2.1 Acessível por Teclado
	2.2 Tempo Suficiente
	2.3 Convulsões
	2.4 Navegável
3. Compreensível	3.1 Legível
	3.2 Previsível
	3.3 Assistência na Inserção de Dados
4. Robustez	4.1 Compatível

Para que o *site* seja perceptível, é necessário que sejam fornecidas alternativas de textos. Isso significa que o conteúdo pode ser alterado pelo usuário, sem perda de informações, como o aumento do tamanho da fonte. Além disso, é preciso oferecer acesso aos conteúdos multimídia, por exemplo, que possuam somente áudio ou apenas vídeo: legendas, audiodescrição e linguagem gestual, no caso Libras. Também é interessante pensar na utilização das cores, controle de áudio, contrastes, apresentação visual, etc.

De acordo com a W3C, é operável aquele *site* onde todas as funções da página também podem ser acessadas pelo teclado por meio de teclas de atalho. Também deve oferecer ao usuário tempo suficiente para que ele possa ler e utilizar o conteúdo sem prejuízos. É importante ainda não utilizar conteúdos com *flashes* repetidamente, para não causar convulsões no usuário. Outro aspecto a considerar é o de facilitar a navegação do usuário, localizando conteúdos e determinando sua localização na página.

Um *site* compreensível é o que apresenta conteúdo claro e de fácil percepção para o leitor, que tenha, por exemplo, leitura simples, ou que não utilize abreviaturas sem seus determinados significados, etc. Também é necessário que as páginas se configurem de forma previsível, além de ajudar os usuários a evitar e corrigir os erros.

A robustez, por fim, se trata da maximização da compatibilidade do conteúdo com tecnologias assistivas, forçando a atenção para que o *site* tenha uma atualização contínua em relação aos recursos de inclusão, a fim de não fique obsoleto diante das ferramentas de inovação que facilitam o acesso de pessoas com deficiências.

Tendo esclarecido os conceitos que subtraem as barreiras de acesso aos portais, promovendo inclusão e maior autonomia de todos os cidadãos, ocuparemos de expor o resultado de uma análise crítica preliminar sobre a falta de disposição dos portais de notícias em oferecer “jornalismo com inclusão”, em conformidade com as diretrizes citadas.

Análise dos portais

A partir das normas WCAG 2.0, foi realizado um mapeamento em vinte portais de notícia do país, escolhidos aleatoriamente baseados no que julgamos ter os maiores números de acessos. Esse estudo teve como objetivo averiguar se esses portais seguem os padrões de perceptibilidade, operabilidade, compreensibilidade e robustez. Para isso,

foram monitorados manualmente cada um deles. O resultado inicial dessa inspeção está demonstrado na Tabela 1.

A análise buscou encontrar pelo menos uma diretriz de cada princípio para considerar como item válido, de forma que o portal poderia ser considerado como perceptível, por exemplo, caso possuísse recursos simples como fazer o redimensionamento do texto. Já para ser operável, deveria possuir, pelo menos, a possibilidade de navegar no *site* por meio de teclas de atalho.

Para que o portal de notícia fosse avaliado como compreensível, além de necessitar ter um texto de fácil compreensão, característica comum nos textos jornalísticos, deveria também ter um *layout* simples, *clean* e de fácil navegação, sem que o usuário precisasse pensar muito para acessar algum conteúdo mais específico.

Para a robustez, foi avaliado que tipos de recursos assistivos externos ou já implementados no *site* estão sendo usados nesses portais. Pensando, logicamente, se o *site* indica, sugere ou já possui um *software* para facilitar esse acesso, é provável que tenha um código-fonte mais avançado e que suporte essas ferramentas.

Tabela 1 - Mapeamento dos principais portais de notícias do País

	G1	Estadão	Uol	Terra	R7	Jornal Meio Norte	Catraca Livre	Exame	Correio Braziliense	Jornal do Brasil	IstoÉ	BBC Brasil	IG	MSN	Gazeta do Povo	Carta Capital	Yahoo!	Zero Hora	Diário Catarinense	Folha de São Paulo	
Perceptível	-	-	✓	-	✓	-	✓	-	✓	✓	-	-	✓	-	-	-	-	-	-	-	✓
Operável	-	-	-	-	✓	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compreensível	✓	-	✓	-	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	-	-	✓	✓	-	✓	-	-	✓
Robusto	-	-	-	-	✓	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fundamentado nessa análise, observa-se que, dos vinte portais de notícias, apenas um atende a pelo menos uma diretriz de cada princípio que contribui para o acesso à informação para pessoas com necessidades especiais.

O Portal R7 foi o único a dispor de elementos de acessibilidade e atender a pelo menos uma diretriz de cada princípio exigido. Ele apresenta logo na página inicial, de forma bem visível, um botão que leva o leitor para as instruções prévias de como utilizar o recurso de acessibilidade, conforme a Figura 1.

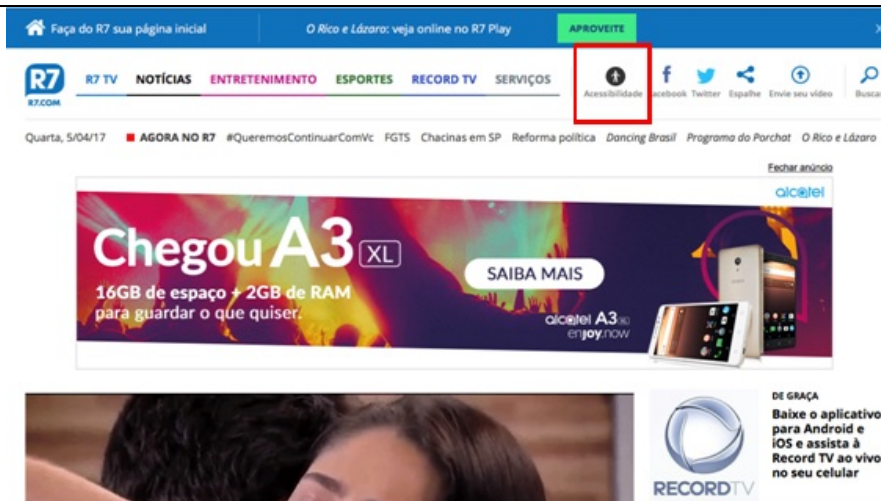


Figura 1 - Screenshot da página inicial do Portal R7⁸

Entretanto, apesar do R7 ter sido o único portal a obedecer pelo menos uma diretriz de cada princípio, ainda não está totalmente de acordo com todas as normas da WCAG, isso porque o que ele oferece não representa nem metade do que deve ser feito e do que é exigido pela W3C.

Isso pode ser medido pelo *AcessMonitor*⁹, uma ferramenta que analisa erros de acessibilidade dentro do código-fonte dos *sites* de acordo com todas as diretrizes da WCAG 2.0 e atribui uma nota de 0 a 10. Segundo a análise desta ferramenta – que é mais criteriosa que a realizada nesta pesquisa, por levar em consideração todos os pontos da WCAG – nenhum dos *sites* estaria de acordo com o padrão exigido.

Apesar disso, o R7 atende ao princípio de ser perceptível, por possuir a opção de redimensionamento do texto e contrastes que ajudam pessoas com deficiências visuais, além de oferecer opções de *softwares* para leitura de conteúdo. É também operável, por: oferecer atalhos no teclado que facilitam a navegação de pessoas com dificuldades motoras; não fazer uso de *flashes* de forma repetitiva em seu conteúdo; o usuário ter tempo suficiente para ler e entender as matérias, além disso, acreditamos que o *layout* apresentado é simples e *clean* de forma que não confunde o usuário e facilita a busca por conteúdo.

É um *site* compreensível por ter um conteúdo legível, além da simplicidade que o usuário tem para “navegar” nas páginas, tornando-o previsível para o usuário. A robustez do R7 é mostrada quando o próprio portal aponta *softwares* de tecnologia

⁸ Screenshot realizado em 05 de abril de 2017.

⁹ Disponível em: <<http://www.acessibilidade.gov.pt>>. Acesso em 15 abr 2017.

assistiva que fazem a leitura do conteúdo noticioso, o que representa um aparente interesse do portal em estar inovando com as ferramentas de acessibilidade.

Embora o acesso seja facilitado por meio das teclas de atalho e da leitura do texto com o uso de *softwares* de tecnologia assistiva, o R7 ainda precisa melhorar em dois aspectos simples, mas que ajudam muito: audiodescrição nas fotografias e legendas nos vídeos.

Para fins de comparação, o A1br.org¹⁰ é o primeiro portal de notícias completamente acessível do país, fruto de um projeto desenvolvido pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e financiado pelo CNPq. Ele tem nota máxima no *AcessMonitor*, ou seja, atende todos os quesitos exigidos pelo WCAG 2.0. O A1br objetiva contribuir para o acesso digital de usuários com deficiência e apesar de ser um portal de notícias, não são os organizadores que produzem o conteúdo, eles utilizam um mecanismo que captura as principais notícias dos grandes portais para a plataforma.

Dessa maneira, os grandes portais de notícia podem utilizar o A1br como exemplo de *layout* e sistema acessível. Ao invés de distribuírem notícias para os portais acessíveis, podem pensar em tornar o próprio portal acessível, deixando o contato com o leitor ainda mais direto, fidelizando acessos e ampliando o leque de público-alvo.

Considerações finais: apontamentos para reflexão e de proposição

Diante do que foi exposto até aqui, é determinante a urgência em pesquisas que reflitam e proponham modificações nesse panorama de incipiência das experiências em conteúdo acessível para *web*, como também em outras plataformas midiáticas. Se os canais privados de mídia de *webjornalismo* as iniciativas são muito tímidas, as universidades que abrigam cursos de jornalismo poderiam – ao menos – dar o *start* nesse processo, fazendo com que iniciativas emergjam. É bem claro que as políticas de inclusão à educação superior podem contribuir muito com soluções, visto que a inserção dos deficientes no ensino ajuda a repensar estruturas tidas como sólidas; forçam um ponto de virada nesse universo. Não por acaso, algumas ações isoladas começam a apontar mudanças nesse sentido, como a elaboração do “Manual de audiodescrição para produtos jornalísticos laboratoriais impressos”, por Carpes e Soster (2016). Nesta mesma direção, o consórcio W3C Brasil, do Comitê Gestor de Internet, e a legislação brasileira devem

¹⁰ Disponível em: <<http://www.a1br.org>>. Acesso em 26 abr 2017.

desempenhar um fundamental compromisso de pressionar que os produtores de conteúdos noticiosos em setores públicos e privados forneçam informações com tecnologia de inclusão, aproveitando as potencialidades do webjornalismo.

Ao oferecer um sistema de acessibilidade ao usuário, articula-se, em paralelo, a distribuição de informação respeitando as desigualdades e, de maneira velada, abre-se espaço para que os deficientes também se sintam aptos a interagir com texto, por meio dos *hiperlinks*, aprofundando o conhecimento e guiando o próprio percurso de leitura. Dá-se a oportunidade de interagir com a redação ou jornalistas, emitindo críticas, sugestões ou opiniões, utilizando-se, inclusive, das seções de jornalismo colaborativo e, por fim, interagindo com outros usuários, uma vez que pode manifestar sua opinião sobre os assuntos discutidos pelos portais.

Apropriar-se das diretrizes de acessibilidade na construção de narrativas que privilegia também o público com algum tipo de deficiência, pode interessar àqueles que requerem tempo para processar as informações. Pode dar espaço para lerem a notícia sem pressa, porque ela não irá desaparecer tempos depois, conforme o princípio de operabilidade da W3C, discutido anteriormente.

Mas, talvez, o mais interessante de ser explorado no webjornalismo, e que possivelmente traria mais impacto nas redações dos portais de notícias, seriam os recursos de multimídia focados em acessibilidade, seja em um *design* adaptativo ou responsivo, visto que poderiam apresentar a mesma informação em múltiplas linguagens, preocupando-se com o contrato de leitura dos usuários com deficiência auditiva pequena ou severa (apresentando legendas ou Libras) ou ainda com a audiodescrição, para os que possuem perda total ou parcial da visão. Tais mecanismos promoveriam a democratização do acesso à informação e, conseqüentemente, a fidelização do usuário ao portal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Suzana. **Bases de dados e Webjornalismo:** em busca de novos conceitos. In: Mesa Novas Tecnologias/Novas Linguagens do Congresso da Sopcom. 4., 2005. Universidade de Aveiro, Santiago. 2005.

BELARMINO, Joana. **Jornalismo e Acessibilidade: Apontamentos sobre Contratos de Leitura para Efeitos de Reconhecimento de Leitores Especiais de Jornais Online.** In: Simpósio Internacional de Ciberjornalismo, 5., 2014. Anais. Campo Grande: 2014.

BONITO, Marco. **A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital.** Revista Latino-americana de Jornalismo. João Pessoa. ano 3, v. 3, n. 1, p. 175-193. jan./jun., 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 26 mar 2017.

BRASIL. **Lei 13.146/2015**, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 26 mar 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010: Pessoas com deficiência**. IBGE, 2012. 32 p.

CANAVILHAS, João Messias. (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

CARPES, Daiana Stockey. SOSTER, Demétrio de Azeredo. **Manual de audiodescrição para produtos jornalísticos laboratoriais impressos**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016.

DIZARD JÚNIOR, Wilson. **A Nova Mídia: A Comunicação de Massa na Era da Informação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

PALACIOS, Marcos. et al. **Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro**. In: FACOM/UFBA. Salvador: 2002.

SILVA JR., José Afonso. **A relação das interfaces enquanto mediadoras de conteúdo do jornalismo contemporâneo: agências de notícias como estudo de caso**. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da Compós. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Saulo César da. **Percebendo o ser: A manifestação de identidades sociais do aluno deficiente visual nas conversas sobre texto**. São Paulo: LCTE Editora, 2009.

W3C. **Cartilha de Acessibilidade na Web do W3C Brasil**. Disponível em <<http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-I.html>>. Acesso em 20 mar 2017.

W3C. **Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0**. Disponível em <<https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT/>>. Acesso em 20 mar 2017.